

ÉTICA E AUTORIA NA PRODUÇÃO TEXTUAL CIENTÍFICA

ÉTICA Y AUTORÍA EN LA PRODUCCIÓN TEXTUAL CIENTÍFICA

Geraldina Porto Witter – gwitter@uol.com.br

Livre Docente, Universidade de São Paulo (USP)

Coordenadora Geral da Pós-Graduação *Stricto Sensu* / Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa, Universidade Camilo Castelo Branco, UNICASTELO

Resumo

Discutem-se os problemas éticos de autoria no relato de estudos científicos. Consideram-se, também, variáveis envolvidas nos problemas presentes em pontos distintos do ciclo de produção, mais especificamente, focalizam-se códigos de ética e a legislação sobre questões, como a ordenação dos créditos de autoria. De forma similar, a ética no fazer referência a trabalhos de outros autores e do próprio escritor requer cuidados. Quem é autor ou co-autor, quem é designado como o primeiro ou em qualquer outra posição é também ponto discutível. As relações entre os profissionais que atuam na produção do artigo, especialmente orientador e orientando, precisam ser consideradas na atribuição de créditos. Alternativa para solucionar a questão é apresentada e pode ser útil a autores e editores. Recomendam-se estudos empíricos com pesquisadores, professores, estudantes e editores para que atribuam créditos às várias funções arroladas.

Palavras-chave

Produção científica. Imperativos éticos. Escala de autoria.

1 INTRODUÇÃO

Muitas são as variáveis que exercem influência no comportamento do cientista. Entre elas podem ser lembradas sua formação científica e os contextos de trabalho, o nível socioeconômico, cultural e científico, enfim, os contextos de vida. Permeando tais variáveis, estão as questões éticas que envolvem o trabalho científico, indo da seleção do tema até o acompanhamento de possível impacto dos produtos – textos, instrumentos, medicamentos, etc.

Nestas circunstâncias, ao se falar em ética e autoria na produção científica, é preciso ter presente a complexidade subjacente e da qual se destaca, no

momento, para efeito de análise, um item dentre muitos, mas inegavelmente essencial. Isto porque, autoria é uma questão subjacente à ciência, à ética e à legislação, e que afeta e envolve produtores, comunicadores, cientometristas e consumidores. Muitos destes aspectos e algumas de suas relações estão delineados na **Figura 1**.

Conforme o **Quadro 1** evidencia, são relações múltiplas, das quais se destaca, aqui, a relação constante do próprio título do artigo – ética e autoria na produção textual científica. Isto é, a opção é focar, neste momento, a relação no que concerne à produção.

É preciso começar por conceituar o que se entende por autor. Cunha e Cavalcanti (2008, p. 39-40), no *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*, referem-se a três significados básicos para o verbete autor, além de arrolarem diversas variações. As concepções básicas ora transcritas são:

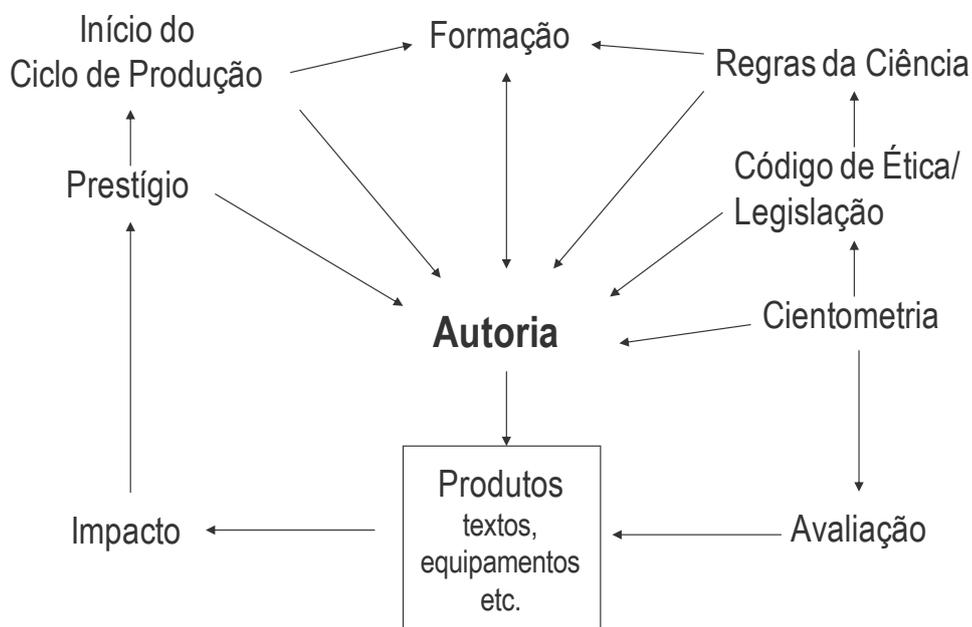


Figura 1 – Aspectos gerais envolvidos na autoria científica

1. Pessoa física (individual ou coletiva) ou pessoa jurídica (Estado, Governo, entidades coletivas e similares) que se responsabiliza pelo conteúdo de uma obra.
2. É a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.
3. Aquilo que permite tanto a presença de certos acontecimentos numa obra como as suas transformações, as suas deformações, as suas modificações diversas.

Segundo o explicitado na quinta edição do *Publication Manual*, da *American Psychological Association* (APA, 2007), reserva-se a denominação de

autor para a pessoa ou pessoas responsáveis primárias pelos dados e conceitos e pelas análises e interpretações de um trabalho publicado ou a ser publicado. Não é apenas quem escreveu o texto, mas inclui todos os que deram contribuição substancial ao estudo. Em versão mais recente (sexta edição), ano 2010, o referido Manual destaca, ainda, a necessidade de proteção aos direitos dos participantes, aspecto imprescindível na condução de qualquer atividade científica.

A preocupação com estas questões levou vários órgãos profissionais a incluírem em seus códigos de ética artigos sobre a temática. Seguem, assim, exemplos de diretrizes explicitadas em códigos profissionais brasileiros. Certamente, a primeira preocupação do autor é estar a par da legislação sobre a matéria no País, definida por organismos federais (Conselhos e Comitês de Ética em Pesquisa, CEP) e por organismos da profissão que exerce. Exploram-se os casos das áreas de Psicologia e de Odontologia.

Código de Ética da Psicologia (1987)

Das comunicações científicas e da divulgação ao público

Art. 30 – Ao psicólogo, na realização de seus estudos e pesquisas, bem como no ensino e treinamento, é vetado:

(a) Desrespeitar a dignidade e a liberdade de pessoas ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

(b) Promover atividades que envolvam qualquer espécie de risco ou prejuízo a seres humanos ou sofrimentos desnecessários para animais.

(c) Subordinar investigações a sectarismo que vicie o curso da pesquisa ou seus resultados;

(d) Conduzir pesquisas que interfiram na vida dos sujeitos, sem que estes tenham dado seu livre consentimento para delas participar e sem que tenham sido informados de possíveis riscos a elas inerentes.

Parágrafo Único – Fica resguardado às pessoas envolvidas o direito de ter acesso aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 31 – Na divulgação e publicação de trabalhos, o psicólogo deverá:

(a) Citar as fontes consultadas.

(b) Ater-se aos dados obtidos e neles basear suas conclusões.

(c) Mencionar as contribuições de caráter profissional prestadas por assistentes, colaboradores ou por outros autores.

(d) Obter autorização expressa do autor e a ele fazer referência, quando utilizar fontes particulares ainda não publicadas.

(e) resguardar o padrão e o nível da ciência e sua profissão.

Código de Ética da Odontologia(2006)
Da publicação científica

Art. 38 - Constitui infração ética:

I – Aproveitar-se de posição hierárquica para fazer constar seu nome na co-autoria de obra científica.

II – Apresentar como sua, no todo ou em parte, obra científica de outrem, ainda que não publicada.

III – Publicar, sem autorização, elemento que identifique o paciente.

IV – Utilizar-se, sem referência ao autor ou sem sua autorização expressa, de dados, informações ou opiniões coletadas em partes publicadas ou não de sua obra.

V – Divulgar, fora do meio científico, processo de tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja expressamente reconhecido cientificamente.

VI – Falsear dados estatísticos ou deturpar sua interpretação.

Assim, implicações relativas ao respeito à ética na autoria estão patentes em aspectos das leis reguladoras de autoria e suas regulamentações em cada país. Isto se dá no respeito a todos os que contribuíram para a realização do trabalho de alguma forma em dado momento de sua produção; na responsabilidade para com o leitor e para com a ciência e seu avanço, bem como para com os que editoram o texto, seja sob a forma de livro, de artigo em periódico científico ou de divulgação da ciência.

2 ASPECTOS ÉTICOS A CUIDAR NO TEXTO

Na redação de um texto científico, vários aspectos envolvem questões éticas, sendo inviável, na amplitude de um artigo, focar todas elas. O presente artigo faz um recorte para torná-lo viável. Entretanto, vale mencionar que subjacentes, há muitos outros aspectos. Exemplificando: os relativos ao relato dos resultados, ocultação ou mascaramento de dados; publicação do mesmo texto em vários lugares; cuidado com trabalhos similares publicados antes (revisão da literatura / introdução); parcimônia na descrição e interpretação dos dados; precaução contra plágio e autoplágio; proteção aos direitos dos participantes; conflito de interesses, entre outros itens. De fato, as questões éticas iniciam desde o título, que pode ser enganoso e / ou inadequado eticamente em vários aspectos.

Considere-se, então, como exemplo a ser mais explorado, o próprio título. Para ser redigido eticamente, espera-se que atenda ao explicitado pela revista em que se pretenda publicar, forneça ao interessado os elementos essenciais para a tomada de decisão de ler ou não o texto, não iluda o leitor quanto ao tipo de trabalho. E tudo isto sem que se confunda com o resumo, mas, sim, atue como identificação real. Se o autor tem um objetivo que deve transparecer no título, o leitor possui o direito de encontrar na titulação os elementos necessários para a tomada de decisão em buscar e ler a matéria integral. Vale lembrar que para localizar e ler textos específicos, localizados em bases bibliográficas, por vezes, o leitor precisa pagar para acessar o artigo. Certamente, é “vender gato por lebre”, quando o conteúdo não corresponde ao título.

Considere-se o título “Avaliação do atendimento oncológico prestado a crianças por enfermeiras especializadas”. Anuncia uma proposta para verificar a opinião de cinco mães de crianças portadoras de câncer sobre o atendimento recebido por seus filhos. De fato, trata-se de pesquisa descritiva qualitativa com a pretensão de obter algum resultado por meio de duas únicas perguntas: (1) o que achou do atendimento de enfermagem recebido por seu(sua) filho(a)?; (2) as enfermeiras cumpriram adequadamente suas funções junto aos pacientes oncológicos? O título pressupõe um estudo mais sofisticado e experimental, comparando o desempenho de enfermeiras especializadas e não especializadas, aplicações de vários instrumentos de avaliação entre os quais poderia estar um apanhado sobre a opinião de responsáveis. Um título ético seria: “Opinião de mães sobre atendimento de enfermagem oncológica especializada: estudo de caso”. É evidente que o instrumento de coleta precisaria ser aprimorado. Como está, decerto, não resultará, em contribuição que apresente evidências úteis que mereçam publicação. Ilude o leitor quanto ao potencial do trabalho e suas possíveis implicações para a capacitação do profissional, o atendimento às crianças e responsáveis, planejamento de atendimento e ampliação do conhecimento científico. Ou seja, confirmando o pensamento de Trzesniak e Koller (2009), escrever ciência eticamente implica respeitar estritamente o detalhamento e a veracidade do fato que está sendo descrito.

Ao preparar o título para publicação, é ético que o autor cuide para que seja preciso e claro, desperte a motivação para a leitura, sem ser fantasioso. Quanto à extensão máxima (em toques ou número de vocábulos), deve seguir o estabelecido nas normas do periódico, evitando palavras “parasitárias” (contribuição, investigação, pesquisa, estudo, observações, etc.) ou palavras vazias (vários, alguns, diversos, ocasionais, etc.) ou palavras que o tornem único. Vale lembrar que as palavras essenciais do título constituem uma das portas de entrada de acesso nas bases bibliográficas (SABADINI; SAMPAIO; KOLLER, 2009) e é necessário ter cuidado especial com os vocábulos empregados.

Em relação ao resumo, muitas vezes, ele dá ao leitor idéia distorcida ou incorreta. O resumo eticamente correto fornece idéia completa, sem incluir informações que não aparecem no corpo do trabalho. Por outro lado, nem deve ser avaliativo, nem incluir comentários que não aparecem no texto principal. Deve ser inteligível e conciso (manter o número de vocábulos aceitos na revista). Além do mais, de forma harmoniosa, deve abranger o trabalho todo e não apenas parte dele. Ao ler o resumo, o leitor deve tomar conhecimento do objetivo e de sua

natureza – se é um texto teórico, uma pesquisa, uma revisão convencional de literatura, um trabalho de metaciência, um estudo de caso. Mas não é preciso nomear. Basta informar o método empregado no trabalho para efetivar a coleta de dados. Também o resumo é usado em muitas bases bibliográficas para o fornecimento de vocábulos para recuperação, portanto, é preciso evitar redundâncias (APA, 2010). É o resumo a segunda porta para as bases bibliográficas.

Até na escolha das palavras-chave (*keywords*), está implícito um cuidado ético. Estas passaram a ser integradas ao discurso científico para facilitar a indexação e a recuperação da matéria pelo público. Constituem a terceira porta de entrada para a base de consulta. Nestas circunstâncias, espera-se que o autor tenha cuidados especiais para viabilizar o acesso a seu trabalho, facilitando sua localização. Implica não repetir os vocábulos usados no título (já usados pela base) e consultar o tesouro da área. Se absolutamente necessário, usar apenas uma palavra-chave que não conste do referido tesouro. Se muitos autores a usarem, com frequência, no futuro, poderá vir a ser incluída neste recurso documental.

Assim, em todas as partes do discurso, o autor precisa ser ético, ou seja, informar corretamente o leitor, mas também precisa ser ético em proteger as pessoas e instituições que lhes forneceram os dados do trabalho. Esta proteção, quando envolve pessoas ou animais, deve ser previamente verificada e avaliada por CEP específicos antes da realização das pesquisas. Sem a devida aprovação do CEP, é falta ética realizar uma pesquisa. Para a aprovação, o Comitê de Ética em Pesquisa avalia os originais submetidos, desde o título até o plano de análise de dados e a bibliografia. É peça fundamental o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que deve ser mencionado na publicação como parte do material indispensável para a coleta. No procedimento, deve constar a aprovação (CEP número do processo e número da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, CONEP), como garantia indispensável de ética na produção de dados e do relatório subsequente. É necessário, mas não é suficiente para garantir a ética no discurso. Por esta razão, antes de submeter o texto para publicação, o autor pode pedir o aval do CEP. Mas é obrigação submeter o texto ao CEP após a publicação e este deve se pronunciar sobre o conteúdo. Vale dizer que a ética é transversal a todas as partes e a todos os momentos da pesquisa.

Em análise de problemas éticos inerentes ao discurso científico, Rosenthal (2008) lembra que alguns são mais evidentes que outros e uns mais prejudiciais do que outros ao desenvolvimento da ciência, a que se poderia acrescentar, ao próprio homem. Indica como um dos problemas mais graves a falsa representatividade que de fato não existe nos dados da pesquisa. Cita algumas faltas graves e difíceis de detectar no discurso, sendo, muitas vezes, nem sequer detectadas, prejudicando sensivelmente a trajetória do avanço científico. Menciona alguns exemplos. Uma forma sutil deste tipo de falta ética ocorre, quando o autor recorre a grupo de controle *versus* experimental. A designação para integrar os grupos não é o acaso estatístico, mas, sim, coloca no grupo experimental aqueles sujeitos com maior potencial para responder como o autor espera teoricamente. Também pode ser que quem avalia os grupos saiba quem é ou não do grupo experimental, ou o auxiliar de pesquisa pode conhecer o

resultado esperado. Quer dizer, em todos estes casos, ignora-se, totalmente, o mérito controlador de avaliação às cegas. Também é falta ética amostragens inadequadas para generalização que pressupõe mais do que realmente foi efetivado e do que foi controlado no estudo, concluindo para segmentos ou populações não representadas.

Além dos Comitê de Ética em Pesquisa, os editores e o corpo editorial das revistas precisam também verificar aspectos éticos da pesquisa e do discurso. Também necessitam manter comportamento eticamente exemplar. Vale lembrar que durante o processo de avaliação de texto submetido à publicação, ele é um documento privilegiado e confidencial. Nem editor nem pareceristas podem fazer circular informações sobre o mesmo. É esperado que, em caso de dúvida, quando o revisor queira consultar um colega especialista, obtenha primeiro o consentimento do editor, mas, sempre, mantendo o texto como confidencial. Quando um membro do corpo de pareceristas, por alguma razão (envolvimento com o trabalho, oposição teórico-científica-política, etc.), se achar ética ou cientificamente impedido, deve devolver a matéria ao editor que a remeterá a outro avaliador. Os revisores também possuem a obrigação ética de cumprir os prazos estabelecidos pelo editor ou estarão prejudicando o título de periódico e o autor. Em suma, as pessoas que atuam nas revistas, em suas várias funções, devem ter ética para se declarar incompetentes na emissão de pareceres, quando houver conflito de interesse ou a matéria lhe for desconhecida, ou ainda, que defenda perspectiva ou enfoque de que é antagonista.

Tão logo tenha sido resolvida a situação de seu manuscrito, o autor deve ser informado. Decorridos três meses do envio, é válido que o autor entre em contato com o editor para saber sua situação. De fato, tão logo tenha a definição, o editor tem obrigação de enviar a informação ao responsável pelo texto, mantendo sempre sigilo sobre o nome dos pareceristas, cujo total varia de dois a cinco, a depender da revista.

3 ORDENAÇÃO ÉTICA DA AUTORIA

Na ética do discurso científico, há duas vertentes que o autor do texto tem que ter sempre presentes: o princípio de que deve haver precisão científica e acadêmica ao escrever e que é imprescindível proteger os direitos autorais. Isto implica indicar corretamente (no corpo do trabalho e nas referências) a fonte em que baseou seu discurso, com o máximo cuidado para que não pareça ser seu o elaborado por outrem. Em outras palavras, só deve aceitar aparecer como autor de um texto quando realmente tiver contribuído substancialmente para sua elaboração. Lembra-se que o plágio é uma falta ética muito grave, e, em muitos países, é devidamente punido por lei (BERSOFF, 1995, 2008).

Pelo exposto, há necessidade de cuidado metuculoso na formação ética do pesquisador envolvendo todo o ciclo da produção do conhecimento científico. Não é suficiente analisar com os alunos a legislação. É preciso muito mais. O orientador deve ser um modelo ético em todas as atividades, inclusive, a discursiva. Como tal, deve estar sempre atualizado, tanto na ética profissional como na da pesquisa (BERSOFF, 1995, 2008; WITTER, 2010).

A autoria já vem sendo pesquisada em alguns aspectos. Por exemplo, em tese de doutorado, Vilan Filho (2010) analisou a autoria em 4.334 artigos publicados em 27 periódicos científicos brasileiros das áreas da Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação e Museologia, de 1972 a 2007. Destes trabalhos, 1.270 (29,30%) eram de autoria múltipla e foram analisados quanto ao perfil das autorias. Dos trabalhos em autoria múltipla, foi sorteada amostra de 104 textos (8,19%) produzidos por 275 autores, o que corresponde a uma média de 2,6 autores por texto. À época, o autor constatou, de modo geral, crescimento da produção de autoria múltipla, redução da colaboração feminina, em especial, na autoria múltipla. Além disto, detectou crescente vinculação dos autores com ocupações acadêmicas e de ensino superior, predominando as universidades federais e estaduais, com profissionais ligados à Biblioteconomia e à Ciência da Informação. Constatou, ainda, o crescimento da produção conjunta de trabalhos redigidos por orientador-orientando. Em sua visão, não houve alteração substancial no perfil dos autores, embora, a partir da segunda metade dos anos 90 do século XX, as relações vêm se acentuando em decorrência de orientações e de grupos formais de pesquisa, estudo e trabalho.

Rosenthal (2008) acrescenta que a preocupação com a quem atribuir a autoria ou a ordem em que isto ocorre vem crescendo, em decorrência de, hoje, prevalecer a autoria múltipla. Porém, ainda se carece de dados junto a autores, editores, avaliadores, estudantes, professores e orientadores quanto às tarefas variadas da empreitada de fazer ciência. Se o grupo não chega a um consenso, pode requisitar a opinião de alguém externo para a tomada de decisão.

A ética na autoria não diz respeito apenas ao fato de incluir ou não o nome de uma pessoa entre os autores de um texto. Está implícita a ordem em que os nomes serão indicados, pressupondo-se que, em primeiro lugar, aparece o principal responsável. Em seguida, o principal colaborador, e assim sucessivamente até o último dos autores. Quando a colaboração é eqüitativa, a ordem deve ser alfabética pelo prenome dos autores. Neste último caso, quando de um mero projeto decorrem várias publicações, pode haver um acordo entre os autores, de modo que a ordem se inicie ora com um, ora com outro, independentemente da seqüência constante no projeto de pesquisa. Também pode ocorrer de, numa pesquisa muito ampla, com farta variação e volume de dados, haver acordo entre os autores quanto à ordenação dos nomes nas publicações decorrentes: resumos de anais, artigos, capítulos e livros.

Em trabalhos de iniciação científica (IC) ou de conclusão de curso (TCC), na apresentação interna do mesmo, o trabalho deve ser relatado apenas no nome do aluno com a indicação de quem foi o orientador na posição que as normas adotadas internamente solicitarem. Na apresentação em evento externo, pode ser feito o resumo para os anais, indicando, também, o aluno em primeiro lugar e, em seguida, o orientador. Entretanto, se a apresentação decorreu de um macro projeto, muitas vezes, quando várias publicações são viáveis, pode-se estabelecer alternância no uso dos lugares ocupados pelos autores.

Face aos vários aspectos e às disputas que ocorrem em relação a estes tópicos, chegando até a aparecer na imprensa e / ou ir aos tribunais, não é de estranhar que venham sendo buscadas soluções para o problema.

No Código de Ética da APA (2002), há referência à dificuldade de se estabelecer o autor principal de um texto ou a ordem de indicação de autores de determinado trabalho. Primeiramente, reitera-se que não se deve aceitar aparecer como autor em trabalho para o qual não tenha realmente contribuído de forma substantiva. Em seguida, afirma que o autor principal e os subseqüentes devem ter seu lugar definido pela contribuição científica e profissional de cada um a despeito de seu *status* ou posição institucional ou no grupo, para o que não se pode computar crédito na produção científica. Contribuições menores podem ser mencionadas em notas de rodapé (artigos) ou nos agradecimentos introdutórios (livros). Quando o trabalho é essencialmente baseado em dissertações e teses, o primeiro autor é o universitário, vindo, a seguir, o orientador e, se for o caso, outros colaboradores, quando é diretamente extraído do texto original. Todavia, podem ser tratados dados de forma não explorada antes e é preciso discutir a ordem novamente.

Tendo por base a vivência de 60 anos de produção científica, a maioria em colaboração, foi possível à autora amear experiências diversas, aquilatar as dificuldades implícitas em cada atividade relacionada com pesquisar e publicar. Isto viabilizou, também, muita conversação com os parceiros de pesquisa sobre o tema, além do que, no começo, as conversas e as aulas também foram formando um lastro de conhecimentos sobre a matéria. Mas, certamente, foram essenciais as inúmeras leituras de códigos de ética de várias áreas profissionais e suas mudanças ao longo destes anos, além de manuais sobre editoração científica, livros e artigos sobre metodologia e discurso científico. Também foram muito úteis as orientações aos autores de centenas de periódicos e a leitura de livros e artigos que foram assimilados e que se perderam na memória pessoal, sendo inviável recuperar, no momento, sequer parte deles. Além disto, a vivência dirigindo ou integrando o corpo editorial de revistas de diversos ramos do saber científico, também acrescentou aspectos a considerar na autoria e como avaliá-los e ponderá-los.

Do exposto e de outras influências resultou a proposta de pontuação que aparece no **Quadro 1**, o qual vem sendo empregado pela autora em cursos e trabalhos em parceria com bom resultado, desde o final da década de 70. Então, usava uma pontuação que sofreu mudanças gradativas em decorrência das experiências, sem, no entanto, realizar trabalho de desenvolvimento científico de instrumentos.

Ao longo da experiência da autora, a pontuação tem sido ajustada. Parece ser boa estratégia estabelecer a pontuação conjuntamente com os colaboradores da pesquisa antes de iniciá-la. Desta forma, refletirá a opinião prévia do grupo. Afinal, é sempre conveniente, já na elaboração do projeto, discutir a questão da autoria dos produtos decorrentes, podendo incluir ou eliminar itens, alterar a pontuação atendendo a valores específicos da área em que a matéria se insere. Certamente, contar com um quadro previamente aceito pelo grupo facilita muito o trabalho de indicação de quem é ou não autor e sua posição. Resolve-se facilmente a questão de autores do trabalho.

No caso da presente proposta têm sido usados os critérios:

Só é autor quem obtiver pelo menos sete pontos

A ordem dos autores é definida pelo número de pontos (do maior para o menor)

	Atividade	Pontuação
1	Criar a idéia que deu origem.	6 pontos
2	Estruturar a metodologia a ser empregada (inclui plano de análise de dados).	6 pontos
3	Orientar ou coordenar o trabalho.	5 pontos
4	Escrever o texto básico do relato de pesquisa.	4 pontos
5	Coordenar o grupo de pesquisa.	4 pontos
6	Rever a literatura.	4 pontos
7	Apresentar sugestões importantes incorporadas ao trabalho.	3 pontos
8	Resolver problemas fundamentais do trabalho.	3 pontos
9	Criar instrumentos ou equipamentos para o trabalho.	3 pontos
10	Conseguir verbas e materiais.	3 pontos
11	Coletar dados.	3 pontos
12	Tratar estatisticamente os dados.	3 pontos
13	Orientar a redação do texto.	2 pontos
14	Preparar apresentação para evento científico.	2 pontos
15	Apresentar o trabalho em evento científico.	2 pontos
16	Ser responsável pelo local de coleta (laboratório, escola, banco biológico).	2 pontos
17	Conseguir participantes.	2 pontos
18	Ter sugestões menores assimiladas no texto.	1 ponto
19	Trabalhar na rotina da pesquisa sem contribuição intelectual.	1 ponto
20	Participar mediante pagamento específico.	1 ponto

Quadro 1 – Critérios para definição de autoria

Em 2002, na área da Medicina, Petroianu (2005) também publicou síntese (tabela) para pontuação de autoria muito similar, mas também carente de validação científica. Sugere-se que alguém se proponha a realizar estudo cientométrico utilizando a referida tabela. Aliás, concorda-se com o autor supra de que se a participação foi feita mediante pagamento para atividade específica realizada deve ser considerada de forma distinta. Sua proposta é de subtrair do total cinco pontos (-5) para participação nestas circunstâncias.

Na vivência pessoal da autora da presente proposta tem sido atribuído um ponto nestes casos. Isto decorre do fato de, ao longo de sua vida como pesquisadora, ter contado com a colaboração de alunos que atuaram como auxiliares de pesquisa e para os quais, por mais motivados que estivessem, era importante receber algum pagamento pela tarefa desempenhada. No caso de ser um profissional, talvez fosse conveniente adotar a posição de Petroianu (2005) ou simplesmente não considerá-los como pesquisador-relator, podendo incluir agradecimento em nota de rodapé.

Cuidado especial deve ser tomado para que tudo fique claramente estabelecido quando o trabalho envolver alunos de IC, TCC ou pesquisador com pouca experiência de trabalho em grupo ou que atua em área em que é mais raro produzir coletivamente. Com tal cuidado, evita-se o risco de discussões,

descontentamento e de outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida no trabalho do grupo. Aos que não alcançam sete pontos, cabe fazer agradecimentos, conforme já se fez menção ou, se for o caso, conceder um atestado sobre o trabalho efetivado.

Várias são as áreas das relações orientador-orientando que podem envolver problemas éticos. Entre elas, algumas dizem respeito à autoria. Goodyear e Grego e Johnston (2008) consideram que podem ser resumidos em três categorias:

1. Plágio – quando o professor copia parte ou todo o trabalho do aluno sem lhe dar o devido crédito. Neste caso, o aluno foi o “escritor-fantasma” de capítulos ou de outros textos que o orientador publica sem atribuir crédito. Por exemplo, o aluno faz a resenha de um livro e o professor publica como sendo sua.
2. Não atribuição de crédito esperado – professor e aluno trabalham juntos em todo o trabalho. Ao submetê-lo a um evento ou para publicação, omite o nome do discípulo que esteve substancialmente envolvido no projeto, ou ainda, inclui o aluno em seguida ao seu nome, sem discutir a decisão conjuntamente ou sem informar sobre sua submissão.
3. Atribuição indevida de mérito – o orientador atribui crédito de autoria, mesmo que a contribuição não corresponda a isto. Tendo contado com auxílio também de outro professor em sua tese ou dissertação, o aluno, ao publicar o artigo decorrente, o inclui como co-autor junto com o orientador, quando seria adequado somente uma nota de rodapé. Há casos em que só trabalharam orientador e orientando, mas, ao encaminhar para publicação, o orientador inclui como terceiro autor, por exemplo, a esposa ou o amigo que também atua na área.

Certamente, o uso do **Quadro 1** e a discussão prévia dos critérios de autoria podem ser de grande utilidade para evitar constrangimentos, desconfortos e faltas éticas de ambas as partes no que concerne à definição de autoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além da bibliografia referida, o texto aqui apresentado tem por base a vivência da autora como pesquisadora, membro de corpo editorial e parecerista *ad hoc* de várias revistas científicas, parecerista de entidades financiadoras de bolsas e pesquisas. E mais: membro do Conselho Regional e Federal de Psicologia, membro de Comitês de Ética, antes de a Lei Federal instituí-los oficialmente no Brasil e depois dela, em CEP distintos, estando atualmente presidindo o CEP da Universidade Camilo Castelo Branco.

Entretanto, a bibliografia sobre a temática vem crescendo rapidamente, no Brasil, embora em ritmo aquém do exterior, mas o foco tem sido predominantemente nas áreas biológicas e da saúde, e com destaque para os

TCLE, como visto, concernente aos procedimentos de coleta e de uso dos dados. A ética no discurso tem tido menor atenção por parte dos estudiosos da área, sendo mais freqüente a preocupação com o plágio do que com outras problemáticas do discurso e da autoria. Muitos aspectos éticos no saber-fazer-poder da ciência ainda continuam carecendo de pesquisas e de discussões com a comunidade científica e com a sociedade a que a ciência deve prestar contas.

Há esforço crescente de melhoria dos periódicos científicos no Brasil, que pode levar a maior cuidado na ética da produção textual. Muitas já solicitam a menção no discurso do TCLE e de aprovação pelo CEP. Algumas chegam a pedir cópia do parecer. Além disto, cresce o esforço para a avaliação do texto pelo CEP na esfera federal e nas universidades. Isto deve assegurar avanço progressivo na qualidade ética do discurso científico. Todavia, é preciso esforço maior na capacitação ética do pesquisador e de leitores críticos competentes para que percebam as limitações e as falhas nos textos produzidos e lidos.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Ethical standards for the reporting and publishing of scientific information*. Washington, DC., 2002. Disponível em: <<http://www.apa.org/ethics/code.html#Teaching>>. Acesso em: 8 jun. 2010.

_____. *Publication Manual of the American Psychological Association*. 5. ed. Washington, DC, 2007.

_____. _____. 6. ed. Washington, DC, 2010.

BERSOFF, D. N. (Org.). *Ethical conflicts in Psychology*. Washington, DC.: APA, 1995.

_____. _____. 4. ed. Washington, DC.: APA, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA. *Código de Ética da Odontologia*. Brasília, DF, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética da Psicologia**. Brasília, DF, 1987.

CUNHA, M. B. da; CAVALCANTI, C. R. de O. *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia*. Brasília, DF: Briquet Lemos Livros, 2008.

GOODYEAR, R. K.; GREGO, C. A.; JOHNSTON, M. M. Ethical issues in the supervision of student research: a study of critical incidents. In: BERSOFF, D. N. (Org.). *Ethical conflicts in Psychology*. 4. ed. Washington, DC.: APA, 2008. p. 439-445.

PETROIANU, A. Autoria de um trabalho científico. *Revista da Associação Médica Brasileira*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 60-65, 2005.

ROSENTHAL, R. Science and ethics in conducting, analysing and reporting psychological research. In: BERSOFF, D. N. (Org.). *Ethical conflicts in Psychology*. 4. ed. Washington, DC.: APA, 2008. p. 390-397.

SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. Preparando um artigo científico. In: _____. (Org.). *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia e Instituto de Psicologia da USP, 2009. p. 123-170.

TRZESNIAK, P.; KOLLER, S. H. A redação científica apresentada por editores. In: SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. (Org.). *Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia e Instituto de Psicologia da USP, 2009. p. 19-34.

VILAN FILHO, J. L. *Autoria múltipla em artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil*. 2010. f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, DF. 2010.

WITTER, G. P. Ética e pesquisa: gestores e pesquisadores. In: CURTY, R. (Org.). *Produção intelectual no ambiente acadêmico*. Londrina: Departamento de Ciência da Informação, Universidade Estadual de Londrina, 2010. p. 9-29.

Title

Ethic and authorship in the scientific textual production.

Abstract

We discuss the ethical issues of authorship in the reporting of scientific studies. Assume, too, variables involved in problems at different points of the production cycle, more specifically, focuses some ethical codes and the legislation on issues such as the allocation of authorship credit. Similarly, the ethics of referring works of other authors and the self-reference also requests several cautions. Who is the author or co-author, who is assigned as the first or any other serial position is also an ethical problem. The relationship between professionals working in the production of the article, especially adviser-student must be considered in credit attribution. Alternative to solve the issue is presented and can be useful to authors and editors. Empirical studies are recommended to researchers, teachers, students and publishers in order to allocate credits to the various functions listed.

Keywords

Scientific production. Ethical imperatives. Scale of authorship.

Título

Ética y autoría en la producción textual científica.

Resumen

Se discuten los aspectos éticos de la autoría en la publicación de los estudios científicos. Se analizan, también, variables que intervienen en los problemas presentes en diferentes puntos del ciclo de producción, más específicamente, se enfocan algunos códigos de ética y la legislación sobre cuestiones variadas, como la ordenación de los autores. Del mismo modo, la ética en referenciar las obras de otros autores y del propio escritor requiere cuidado. ¿Quién es el autor o coautor? Quien ha sido designado como el primer autor o no también es un punto discutible. Las relaciones entre los profesionales que actúan en la producción de los artículos, en especial el tutor *versus* el alumno, deben ser consideradas en la asignación de créditos. Se presenta una alternativa que puede ser útil a los autores y editores para resolver el problema. Se recomiendan estudios empíricos a los investigadores, docentes, estudiantes y editores para que puedan asignar los créditos a las diversas funciones ejercidas por los involucrados en la producción de los textos.

Palabras clave

Producción científica. Imperativos éticos. Escala de autoría.

Recebido em: 01/10/2010

Aceito em: 28/11/2010
